

Plano de Atividades

Coordenadoria de Recursos Humanos

2017 - 2018



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO

Composição Administrativa

Des. Rui Ramos Ribeiro

Presidente do Tribunal de Justiça

Des. Marilsen Andrade Addario

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Des. Maria Aparecida Ribeiro

Corregedora-geral do Tribunal de Justiça

Tribunal Pleno

Des. Orlando de Almeida Perri

Des. Rubens de Oliveira Santos Filho

Des. Paulo da Cunha

Des. Juvenal Pereira da Silva

Des. Sebastião de Moraes Filho

Des. Márcio Vidal

Des. Rui Ramos Ribeiro

Des. Guiomar Teodoro Borges

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha

Des. Luiz Ferreira da Silva

Desa. Clarice Claudino da Silva

Des. Alberto Ferreira de Souza

Desa. Maria Erotides Kneip Baranjak

Des. Marcos Machado

Des. Dirceu dos Santos

Des. Luiz Carlos da Costa

Des. João Ferreira Filho

Des. Pedro Sakamoto

Desa. Marilsen Andrade Addário

Des. Rondon Bassil Dower filho

Desa. Maria Aparecida Ribeiro

Des. José Zuquim Nogueira

Desa. Cleuci Terezinha Chagas Pereira da Silva

Desa. Serly Marcondes Alves

Des. Sebastião Barbosa Farias

Des. Gilberto Giraldelli

Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

Desa. Antônia Siqueira Gonçalves Rodrigues

Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

Direção geral

Claudenice Deijany Farias de Costa
Diretora-geral

Eduardo da Silveira Campos
Vice-diretor geral

Coordenadoria de Recursos Humanos

Lusanyl Egues da Cruz
Coordenador de Recursos Humanos

Claudia Benedita Zarour Pfannemuller
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Lucilene Lara de Arruda
Diretora do Departamento de Pagamento de Pessoal

Allessandra Craice Medina Ferreira
Assessora para Assuntos de Saúde - Ambulatório

Gissele Maria Ponce Lince
Gestora do bem Viver

Sumário

Identidade organizacional	4
Planejamento estratégico 2015-2020	8
Projetos estratégicos.....	10
Implementação da Gestão por Competência	10
Reconhecimento de Magistrados e Servidores	11
Humanização no Trabalho para Magistrados e Servidores	12
Adoção de Programa de Consciência Socioambiental.....	13
Alocação de recursos Humanos (Resolução 219/2016-CNJ)	14
Projetos Internos	16
Aprimoramento das rotinas da CRH	16
Business Intelligence - B.I.....	16
Modernização de Recursos Humanos	17
SGP WEB	17
Plano de 120 dias	19
Conclusão do Aplic na área de Recursos Humanos	19
Instituição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.....	19
Conclusão do Planejamento das ações do e-Social	20
Entrega da Matriz de Competência (Gaps) realizada	20
Relatório de análise crítica dos processos reprojetados elaborado.....	20

Identidade organizacional

Missão

Gerir e preparar os servidores mediante utilização de ferramentas que possibilitem a capacitação de novos líderes na área de gestão pública, como orçamentária, financeira, planejamento estratégico e normativas internas. Em reforço, avaliar o desempenho e a gestão por competências, sempre seguindo premissas do CNJ na busca pela excelência profissional.

Visão

Ser referência nacional na Política de Gestão de Pessoas até dezembro de 2018.

Valores

- Eficiência
- Credibilidade
- Modernidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade socioambiental
- Imparcialidade
- Ética
- Probidade



Justiça em números

Selo Justiça em Números

Instituído e regulamentado pela Portaria 56/2016 do Conselho Nacional de Justiça, o Selo Justiça em Números visa o reconhecimento da excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros.

A portaria estabelece um sistema de pontuação vinculado ao atendimento de diversos itens. No que tange à Coordenadoria de Recursos Humanos, as metas a serem perseguidas é o cumprimento integral das seguintes Resoluções:

- **Resolução 76/2009-CNJ:** Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências.
- **Resolução 88/2009-CNJ:** Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados.
- **Resolução 201/2015-CNJ:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
- **Resolução 207/2015-CNJ:** Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
- **Resolução 219/2016-CNJ:** Dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
- **Resolução 240/2016-CNJ:** Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.
- **Resolução 243/2016-CNJ:** Altera a Resolução CNJ 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.



Projetos estratégicos

Planejamento estratégico 2015-2020



PROJETOS PRIORIZADOS POR ONDAS DE EXECUÇÃO



Projetos estratégicos

Implementação da Gestão por Competência

Objetivo: Este projeto tem como finalidade implementar a Gestão por Competência no Poder Judiciário, com o desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas efetivas.

Justificativa: A implementação da Gestão por Competência no Poder Judiciário trará melhoria da entrega do produto final, uma vez que trabalhará com o desenvolvimento e capacitação do servidor, enriquecendo o profissional, a fim de gerar melhoria de qualidade produtiva e celeridade no procedimento.

Resultados esperados:

- Estimula o desenvolvimento de competências;
- Melhora no desempenho dos colaboradores;
- Enriquece o perfil dos colaboradores, potencializando seus resultados;
- Mantém a motivação e o compromisso dos servidores com a instituição
- Cumprir a lei 8814/2008.

Gerente do projeto: Melissa Maria Freitas de Almeida

Equipe: Lise de Almeida Mangabeira Marques, Pablo Marquesi

Principais entregas:

Data prevista

▪ Homologar a Avaliação de Desempenho dos anos de 2016	30/03/2017
▪ Renovar o contrato de prestação de serviço de consultoria	29/04/2017
▪ Treinamento sobre "Como Avaliar"	21/09/2017
▪ Avaliação de Desempenho de 2017	10/10/2017
▪ Treinamento de Como dar "Feedback"	14/11/2017
▪ Entregar o resultado da Avaliação de Desempenho do ano de 2017	28/02/2018
▪ Homologar a Avaliação de Desempenho do ano de 2017	28/02/2018
▪ Renovar o contrato de prestação de serviço de consultoria	26/04/2018
▪ Treinamento sobre "Como Avaliar"	27/09/2018
▪ Avaliação de Desempenho de 2018	26/10/2018
▪ Treinamento de Como dar "Feedback"	21/11/2018

Reconhecimento de Magistrados e Servidores

Objetivo: Este projeto tem como objetivo a criação de mecanismo de reconhecimento e valorização dos servidores e magistrados.

Justificativa: Considerando que a eficiência operacional e gestão de pessoas são temas estratégicos do Poder Judiciário/CNJ e que institui mediante a resolução 240/2016-CNJ a diretriz de promover meios para motivar, comprometer e buscar a melhoria contínua e da qualidade de vida, que são requisitos essenciais para o alcance dos objetivos da instituição com ações de melhoria no ambiente de trabalho.

Especificamente no art. 20 da resolução 219/2016-CNJ que sugere instituir medidas de incentivo ou premiação aos servidores lotados nas unidades mais produtivas ou que alcancem as metas estabelecidas nos respectivos planos estratégicos, segundo critérios objetivos a serem estabelecidos em lei ou regulamento próprio.

Resultados esperados:

- Melhoria na motivação e comprometimento dos servidores;
- Melhoria na produtividade dos servidores e magistrados.

Gerente do projeto: Waléria Martins Vieira

Equipe: Lise de Almeida Mangabeira Marques, Lúcia Helena Soares Leite, Pablo Marquesi, Jane Selma Barbosa, Tiago Perussi Lima Rodrigues

Principais entregas:

Data prevista

▪ Estudo jurídico	15/04/2017
▪ Comissão avaliadora	30/04/2017
▪ Política de reconhecimento criada	30/04/2017
▪ Aprovação do projeto de lei pela Assembleia Legislativa	30/09/2017
▪ Campanha para divulgar a Política de Reconhecimento	10/10/2017
▪ Mensuração de resultados	10/12/2017
▪ Divulgação das áreas que atingiram as metas	20/12/2017

Humanização no Trabalho para Magistrados e Servidores

Objetivo: O objetivo principal deste projeto é implementar as ações oriundas da Política de Atenção Integral a Saúde, desenvolvendo atividades na área de saúde ocupacional com programas de prevenção a saúde, nas áreas profiláticas com os gerenciamentos da ergonomia e absenteísmo, com foco em redução da taxa de licenças médicas para tratamento de saúde.

Justificativa: Justifica-se esse projeto para manter e otimizar a saúde dos magistrados e servidores, em cumprimento a Resolução n. 207/2015 CNJ e a Política de Atenção Integral a Saúde do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Atualmente, temos ainda que reduzido, considerável índice de absenteísmo por motivos de doenças que levam a ausência dos servidores e magistrados. Nesse sentido, nota-se a necessidade de realizar ações para acompanhamento desse índice mais proveitoso e eficiente.

Resultados esperados:

- Redução no índice de absenteísmo;
- Valorização servidores ativos e inativos;
- Melhoria na produtividade dos servidores e magistrados.

Gerente do projeto: Gissele Nince

Equipe: Equipe do Ambulatório, Equipe da Divisão de Serviço Social, Equipe do Programa Bem Viver

Principais entregas:

Data prevista

▪ Elaborar Minuta Provimento para credenciamento	28/02/2017
▪ Elaborar Minuta Edital para Credenciamento	30/03/2017
▪ Elaborar Minuta Portarias de vagas e comissão do credenciamento	28/04/2017
▪ Realizar alinhamento GCON - inscrições credenciamento	26/05/2017
▪ Acompanhar empresa contratada para emissão laudos saúde e segurança	14/06/2017
▪ Desenvolver no sistema campo para CID	25/01/2018
▪ Criar controle gerenciamento riscos ergonômicos	12/12/2018
▪ Criar programa readaptação de função	30/03/2017
▪ Elaborar TR para aquisição exames periódicos	29/06/2017
▪ Entregar pesquisa de clima organizacional	26/10/2017

Adoção de Programa de Consciência Socioambiental

Objetivo: Sistematizar até 2020 um modelo de gestão organizacional na promoção da sustentabilidade por meio do Plano de Logística Sustentável, promovendo desta forma uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho.

Justificativa: Como grande consumidor dos bens finitos do meio ambiente, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, traz em sua Identidade Institucional como um de seus atributos de valor a Responsabilidade Socioambiental.

À vista disso, o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, embasado na Resolução 201/2015-CNJ, estabeleceu como um de seus objetivos estratégicos para o quinquênio 2015–2020: Fomentar a Responsabilidade socioambiental.

A Resolução supracitada dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) com o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Diante do exposto, vê-se como fundamental, o desenvolvimento do Projeto de 12.1 Adoção do Programa de Consciência Socioambiental e ações que incentivem a plena conscientização à preservação do meio ambiente e que proponha mudanças voltadas à racionalização dos gastos de materiais de consumo, da água e da energia.

Resultados esperados:

- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo dos materiais não biodegradáveis;
- Fortalecimento da consciência ambiental;
- Otimização dos materiais de consumos;
- Economicidade na aplicação dos recursos;
-

Gerente do projeto: Pablo Marquesi

Equipe: Priscilla Daleffe de Moraes, Vera Lícia, Lusanil Cruz, Waléria Martins, Mara Florêncio

Principais entregas:

Data prevista

▪ Publicação do Relatório de Desempenho de 2016 - Art. 22	03/04/2017
▪ Institucionalização de Software de Caronas para Servidores	28/07/2017
▪ Capacitação sobre sustentabilidade	30/06/2017
▪ Atualização do Plano de Logística Sustentável -PLS	30/10/2017
▪ Campanhas de sensibilização sobre responsabilidade socioambiental	30/11/2017
▪ II Encontro de Sustentabilidade do PJMT	12/12/2017

Alocação de recursos Humanos (Resolução 219/2016-CNJ)

Gerente do projeto: Jane Selma Barbosa

Equipe: Waléria Martins, Lusanil Cruz, Pablo Marquesi, Cláudia Zarour, Stella Pauletto, Cátia Maciel, Lise Mangabeira, Lucia Soares Leite.

Principais entregas:

Data prevista

▪ Levantar as informações de movimentação processual por unidade judicial	31/01/2017
▪ Enviar a relação das competências das unidades judiciárias	31/01/2017
▪ Levantar as informações estatísticas da área de pessoal (Formato da TLP)	10/02/2017
▪ Tabular as informações estatísticas das áreas judicial, administrativa e de pessoal	17/02/2017
▪ Calcular os valores dos cargos e funções de confiança das Unidades judiciais de 1º e 2º graus e unidades de apoio direto e indireto à atividade Judicante	24/02/2017
▪ Calcular as lotações paradigmáticas com base no triênio 2014-2016 (regra res. 219/2016-CNJ)	24/02/2017
▪ Diagnóstico final - Apresentar conclusão da situação do Tribunal frente aos critérios da Resolução e pontos de adequação	27/02/2017
▪ Constituição de Comissão formada por Magistrados de 1º e 2º graus e os servidores das áreas correlatas para proposta de adequação da distribuição dos cargos e funções de confiança, junto ao Tribunal Pleno	16/02/2017
▪ Publicar a TLP no portal da transparência	30/03/2017
▪ Validar as lotações paradigmáticas com as áreas responsáveis	31/03/2017
▪ Minuta das adequações na Portaria que define a Lotação Paradigma das unidades judiciais e de apoio direto ao 1º Grau	03/04/2017
▪ Reanálise do quadro da área de apoio indireto (área administrativa) e proposta de relotação de servidores para atendimento do limite de 30%	07/04/2017
▪ Proposta de unificação das carreiras de cargos com distinção entre 1º e 2º graus	21/04/2017
▪ Proposta das adequações orçamentárias dos valores gastos com cargo de comissão e funções de confiança no primeiro grau, segundo grau e área de apoio indireto	05/05/2017
▪ Regulamentação do Pleno do Tribunal da Proposta de adequação da regulamentação dos cargos em comissão e funções de confiança de acordo com as Cálculo da Proporção dos valores gastos com cargo de comissão e funções de confiança no primeiro grau, segundo grau e área de apoio indireto	25/05/2017
▪ Encaminhamento de Projeto de Lei para unificação das carreiras	30/06/2017



Projetos Internos

Projetos Internos

Aprimoramento das rotinas da CRH

Gerente do projeto: Lusanil Egues da Cruz

Equipe: Cátila Valéria Maciel De Arruda, Francicleide Aguiar da Fonseca, Francisca Maria Calcagnotto, Maria Cristina da Silva Tibles Brandão, Stella Macitelli Pauletto, Pablo Marquesi

Principais entregas:

	Data prevista
▪ RAE - Registro, Autuação e Expedição na CRH	30/01/2017
▪ Manual de rotina da Coordenadoria de Recursos Humanos	30/10/2017
▪ Catálogo de serviço para atender a Central de Atendimento	30/04/2017
▪ Cronograma de estudo permanente para colaboradores da CRH	30/04/2017
▪ Plano de comunicação sobre mudanças de procedimentos de RH	30/03/2017
▪ Estabelecimento de metas para servidores lotados na CRH	30/05/2017
▪ Matriz de responsabilidade das áreas da CRH	30/03/2017
▪ Mutirão para redução do estoque de processos	13/03/2017
▪ Monitoramento de indicadores dos processos elaborados pela Falconi	30/06/2018
▪ Comitê Executivo de Recursos Humanos	30/01/2017
▪ Norma para servidores cedidos	30/10/2018
▪ Estudo de viabilidade para abertura de concurso público	30/10/2017

Business Intelligence - B.I.

Gerente do projeto: Pablo Marquesi

Equipe: Altieri Pereira, César Missias, Stella Macitelli Pauletto, Deniz Pedrozo de Almeida

Principais entregas:

	Data prevista
▪ Levantamento dos relatórios a serem gerados pelo B.I.	30/04/2017
▪ Elaboração dos relatórios	15/05/2017
▪ Apresentação dos relatórios	30/06/2017

Modernização de Recursos Humanos

Gerente do projeto: Carlos Spínola

Equipe: Pablo Marquesi, Stella Macitelli Pauletto. Lusanyl Cruz, Maria Lúcia Aguiar, Lucilene Arruda

Principais entregas:

Data prevista

- | | |
|--|------------|
| ▪ Estudo para a aquisição do People Software | 30/04/2017 |
| ▪ Estudo para digitalização do arquivo físico | 30/05/2017 |
| ▪ Elaboração de Plano de Projeto de modernização | 30/05/2017 |
| ▪ Apresentação para o Presidente do TJMT | 17/07/2017 |

SGP WEB

Gerente do projeto: Stella Macitelli Pauletto

Equipe: Elton Nolasco, Pablo Marquesi, Thiago Torres, Jeymisson

Principais entregas:

Data prevista

- | | |
|---|------------|
| ▪ Módulo de controle de frequência | 01/03/2018 |
| ▪ Módulo de gestão de benefícios | 01/09/2017 |
| ▪ Módulo de gestão de afastamentos | 01/09/2017 |
| ▪ Módulo de gestão de estagiários | 01/08/2017 |
| ▪ Módulo de progressões | 01/10/2017 |
| ▪ Integração do módulo de admissão com a folha de pagamento | 01/06/2017 |



Plano de 100 días

Plano de 120 dias

Conclusão do Aplic na área de Recursos Humanos

Gerente do projeto: Carlos Spínola

Equipe: Pablo Marquesi, Stella Macitelli Pauletto, Lusanil Egues Cruz, Cesar Missias Torres Lopes, Deniz Pedrozo de Almeida, Cátila Maciel, Lucilene Arruda

Principais entregas:

- | | Data prevista |
|---|----------------------|
| ▪ Levantar os dados do Aplic dos benefícios previdenciários | 30/01/2017 |
| ▪ Construir a ferramenta para envio dos dados do Aplic | 18/05/2017 |
| ▪ Realizar envio das informações oficiais | 12/06/2017 |

Instituição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

Gerente do projeto: Lusanil Cruz

Equipe: Cláudia Benedita Zarour, Pablo Marquesi, Stella Macitelli Pauletto

Principais entregas:

- | | Data prevista |
|---|----------------------|
| ▪ Realizar abertura de inscrição para Magistrados e Servidores para candidatura do Comitê Gestor Local de Gestor de Pessoas | 27/01/2017 |
| ▪ Elaborar o formulário no Google Drive | 01/02/2017 |
| ▪ Realizar a campanha de divulgação da eleição | 17/02/2017 |
| ▪ Disponibilizar o formulário da eleição | 20/02/2017 |
| ▪ Realizar a eleição | 24/02/2017 |
| ▪ Realizar tabulação da eleição | 03/03/2017 |
| ▪ Encaminhar os Autos da eleição para o Presidente | 09/03/2017 |
| ▪ Instituir comissão de Política de gestão de pessoas | 30/03/2017 |
| ▪ Elaborar cronograma das ações para cumprimento das exigências definidas na resolução. | 10/05/2017 |
| ▪ Reunir com administração para alinhamento das ações da Resolução 240/2016 CNJ | 13/03/2017 |

Conclusão do Planejamento das ações do e-Social

Gerente do projeto: Lusanil Egues Cruz

Equipe: Cesar Missias Torres Lopes, Pablo Marquesi, Deniz Pedrozo de Almeida, Stella Macitelli Pauletto, Cátia Maciel, Lucilene Arruda, Cláudia Zarour, Francicleide Aguiar, Controle Interno, Coordenadoria de Magistrados, Coordenadoria Financeira, Coordenadoria de TI.

Principais entregas:

Data prevista

- | | |
|--|------------|
| ▪ Criar comissão do E-social com participação das áreas envolvidas | 15/01/2017 |
| ▪ Estudo da legislações do e-social realizado | 30/03/2017 |
| ▪ Estudo das tabelas e regras de envio de dados realizado | 06/04/2017 |
| ▪ Capacitação do e-social realizado | 30/03/2017 |
| ▪ Contratação de empresa especializada realizada | 28/04/2017 |

Entrega da Matriz de Competência (Gaps) realizada

Gerente do projeto: Melissa Maria Freitas de Almeida

Equipe: Pablo Marquesi, Stella Macitelli Pauletto, Lusanil Egues Cruz, Cláudia Zarour

Principais entregas:

Data prevista

- | | |
|---|------------|
| ▪ Atualizar portaria da Comissão da Avaliação de Desempenho | 31/01/2017 |
| ▪ Acompanhar a apresentação e entregas dos resultados da avaliação para a Escola dos Servidores | 24/02/2017 |
| ▪ Elaborar as metas para avaliação de 2017 | 01/06/2017 |

Relatório de análise crítica dos processos reprojetados elaborado

Gerente do projeto: Stella Macitelli Pauletto

Equipe: Cláudia Zarour, Cátia Maciel, Janaina Taques

Principais entregas:

Data prevista

- | | |
|---|------------|
| ▪ Avaliar a evolução do Plano de Implementação dos processos reprojetados no Recursos Humanos | 01/06/2017 |
| ▪ Elaborar relatório de análise crítica da evolução dos processos | 28/04/2017 |



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO

